



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009207-86.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Incidente de Falsidade - Erro Médico**
 Requerente: **Cinthia Batista Fadel**
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Incidente de Falsidade, suscitado por **CINTHIA BATISTA FADEL** nos autos da Ação de Indenização por Danos Materiais c.c Danos Morais, processo 4001404-18.2013.8.26.0566, proposta por Simone de Fátima Munareto contra ela, o Município de São Carlos e a Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, visando comprovar a falsidade existente na Carteira de Gestante de Simone, quanto às anotações "EXAME" e "CESARIANA", sob o fundamento de que não partiram de seu punho, requerendo, assim, a realização de perícia e a suspensão do processo principal.

Juntou documentos às fls. 4-22.

O processamento do incidente foi deferido (fl. 23).

A suscitada se manifestou a fl. 24, afirmando a autenticidade do documento.

A produção de prova pericial de natureza grafotécnica foi deferida (fl. 25).

O Município manifestou interesse em acompanhar a prova pericial (fl. 29).

Foi solicitado o depósito em cartório do documento solicitado (fl. 38), procedimento cumprido pela ré (fl. 41).

Laudo pericial juntado às fls. 66-125.

A suscitada alega que o laudo pericial comprova que o documento não foi falsificado (fls. 131-132) e requereu a improcedência do pedido (fl. 163).

A suscitante manifestou-se sobre o laudo grafotécnico, às fls. 139-142, requerendo a procedência do incidente. Em seguida, juntou documentos (fls. 143-155).

O Município manifestou concordância em relação às conclusões contidas no laudo pericial (fls. 156-157).

O perito judicial nomeado nos autos apresentou laudo pericial complementar às fls. 167-170, do qual se seguiram manifestações das partes (fls. 174-179).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

É desnecessária a produção de outras provas, cabendo o julgamento imediato do incidente.

O laudo pericial (fls. 66-125), apresentado pelo perito do juízo, apurou que somente as palavras "faltou" e "consulta" foram lançados pela suscitante na Carteira de Gestante, diferentemente da palavra "exame" que é atribuída, categoricamente, ao punho escrevente de Simone de Fátima Munareto Pereira (fl.72). Quanto à palavra "cesariana", consignada no anverso do documento, não foi possível atribuir nem afastar a autoria da suscitante, mas, também, não pôde ser atribuída a Simone de Fátima Munareto Pereira (fls. 69-70), diferentemente do laudo oferecido pela suscitante (fls. 143-155), o qual é taxativo ao excluir a autoria dela e não excluir a possibilidade de ter sido lançada pela suscitada.

Referido laudo divergente é bem fundamentado e convincente quanto aos elementos técnicos que apontam as divergências entre a grafia constante da carteira de gestante e a grafia da suscitante, sendo que, inclusive para o leigo, é possível detectar, a olho nu, a diversidade de padrões.

Dessa forma, conclui-se que a suscitante não é autora da palavra "cesariana", ou seja, se houve recomendação médica a respeito, essa não partiu de seu punho, devendo, por isso, ser acolhido o presente incidente.

Ante o exposto, julgo procedente o incidente, para o fim de declarar que as palavras, "exame" e "cesariana" não partiram do punho da suscitante, sendo falso o documento quanto a estes aspectos, condenando a suscitada ao pagamento de custas e despesas processuais do incidente, com correção monetária desde os desembolsos, observada a gratuidade da justiça, se o caso.

Não cabe a condenação em honorários advocatícios por se tratar de incidente processual.

Prossiga-se com os autos principais.

P.I.

São Carlos, 19 de agosto de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**